

Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação da arguida em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

11 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *José Paulo Abrantes Registo*. — A Escrivã-Adjunta, *Delmira Maria Santos Nobre*.

Anúncio n.º 3910-LB/2007

O Dr. Alexandre José Oliveira, juiz de direito da 2.ª secção do 6.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 220/02.3PALSB, pendente neste Tribunal contra o arguido David Manuel Lopes Delfim, filho de Manuel Rico Delfim e de Maria Isabel Nobre Lopes, natural de França, de nacionalidade portuguesa, nascido em 10 de Dezembro de 1972, solteiro, empregado de balcão, titular do bilhete de identidade n.º 12663620, com domicílio na Travessa das Parreiras, 78, 3.º, 1150 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de usurpação (direito de autor), previsto e punido pelos artigos 1.º, 2.º, n.º 1, alínea e), 68.º, n.º 2, alínea d), 195.º, n.º 1 e 197.º, todos do CDADC, praticado em 6 de Julho de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 11 de Maio de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

14 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Alexandre José Oliveira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria João Costa Macara*.

Anúncio n.º 3910-LC/2007

O Dr. Alexandre José Oliveira, juiz de direito da 2.ª secção do 6.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 206/02.8TDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Jorgemar da Silva de Oliveira, filho de Jorge de Oliveira e de Maria Izabel da Silva, natural do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 16 de Novembro de 1969, titular da identificação fiscal n.º 234379200, titular do passaporte n.º CL132601, com domicílio na Rua Gomes Leal, 14, 6.º direito, Laranjeiro, 2810 Almada, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 7 de Julho de 2001, por despacho de 14 de Maio de 2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por desistência de queixa.

15 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Alexandre José Oliveira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria da Conceição G. A. Lopes*.

Anúncio n.º 3910-LD/2007

O Dr. Alexandre José Oliveira, juiz de direito da 2.ª secção do 6.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 15915/02.3TDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís Miguel Oliveira Fernandes, filho de José Custódio Pereira Fernandes e de Glória Fé Vieira Oliveira, natural de Vieira do Minho, Vieira do Minho, de nacionalidade portuguesa, nascido em 12 de Janeiro de 1976, solteiro, encarregado da construção civil, titular da identificação fiscal n.º 205781071, titular do bilhete de identidade n.º 11110027, segurança social n.º 11142177041, com domicílio na Av. Sá da Bandeira, lote 744, Morgados III, Fernão Ferro, 2840 Seixal, por se encontrar acusado da prática de dois crimes de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticados em 25 de Maio de 2002 e 27 de Maio de 2002, por despacho de 15 de

Maio de 2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por desistência de queixa.

15 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Alexandre José Oliveira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria da Conceição G. A. Lopes*.

Anúncio n.º 3910-LE/2007

A Dr.ª Joana Ferrer Antunes, juíza de direito da 3.ª secção do 6.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1699/04.4SILSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Ricardo Filipe da Cunha Fernandes, filho de Luís Manuel Dias Fernandes e de Maria de Fátima Gonçalves da Cunha Fernandes, natural de Angola, de nacionalidade andorrenha, nascido em 11 de Agosto de 1982, titular do bilhete de identidade estrangeiro n.º 8886160e36, com domicílio no Br Azul, 1 Travessa Esquerda, Casa Fotógrafo, rés-do-chão direito, 3040 Coimbra, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 15 de Março de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 14 de Maio de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

15 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Joana Ferrer Antunes*. — O Escrivão-Adjunto, *José Rui Bento Santos*.

Anúncio n.º 3910-LF/2007

O Dr. Alexandre José Oliveira, juiz de direito da 2.ª secção do 6.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 8095/01.3TDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Washington Nazaré da Cruz, natural do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 17 de Novembro de 1980, titular da identificação fiscal n.º 232152020, com domicílio na Rua Espinho, 46, Monte Estoril, 2400 Cascais, por se encontrar acusado da prática de um crime, por despacho de 14 de Maio de 2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por extinção do procedimento criminal.

15 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Alexandre José Oliveira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria João Costa Macara*.

Anúncio n.º 3910-LG/2007

A Dr.ª Helena Maria Serrão Nogueira, juíza de direito da 3.ª secção do 6.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1591/02.7PYLSB, pendente neste Tribunal contra a arguida Patrícia Dias Balesteiro, filha de Jorge Luiz Balesteiro e de Emília Dias Balesteiro, natural do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida em 24 de Setembro de 1974, casada, regime desconhecido, titular do passaporte n.º Ct 885403, com domicílio na Travessa da Papoula, 141, Sinhó Estela, Cep 79750 Nova Andradina, Mato Grosso do Sul, Brasil, por se encontrar acusada da prática de um crime emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 28 de Março de 2002, por despacho de 14 de Maio de 2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

16 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Helena Maria Serrão Nogueira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Alexandra Mendes*.

Anúncio n.º 3910-LH/2007

O Dr. Alexandre José Oliveira, juiz de direito da 2.ª secção do 6.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que,

no processo comum (tribunal singular), n.º 17237/00.5TDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Augusto Luís Serrana do Nascimento, filho de Simão do Nascimento e de Teresa Herminia Serrana, natural de Amadora, Damaia, Amadora, de nacionalidade portuguesa, nascido em 24 de Dezembro de 1972, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 10837350, com domicílio na Rua Tenente Valadim, 616, Ramal, 4100-477 Porto, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 22 de Abril de 2000, por despacho de 16 de Maio de 2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por desistência de queixa.

17 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Alexandre José Oliveira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria da Conceição G. A. Lopes*.

Anúncio n.º 3910-LI/2007

O Dr. Alexandre José Oliveira, juiz de direito da 2.ª secção do 6.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 15906/96.1TDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Moisés Januário Raimundo, filho de Joaquim Quintinho Raimundo e de Felicidade Raul Januário, natural de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 7 de Janeiro de 1971, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 16168434, titular do passaporte n.º 207132417-R.Uni, com domicílio em Gateshead, actualmente em trânsito no Hotel Berna, Rua António Serpa, 1200 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 13 de Fevereiro de 1996, por despacho de 16 de Maio de 2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por desistência de queixa.

17 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Alexandre José Oliveira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria da Conceição G. A. Lopes*.

Anúncio n.º 3910-LJ/2007

O Dr. Alexandre José Oliveira, juiz de direito da 2.ª secção do 6.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 14434/02.2TDLSB, pendente neste Tribunal contra a arguida Maria da Conceição Serrano da Silva de Sousa, filha de Manuel Maria da Silva e de Maria Helena Godinho Serrano, natural de Olhão, Pechão, Olhão, de nacionalidade portuguesa, nascida em 28 de Julho de 1969, casada, titular da identificação fiscal n.º 239196880, titular do bilhete de identidade n.º 12466807, com domicílio na Av. da Bela Vista, lote 5-C, 22, 2910 Setúbal, por se encontrar acusada da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1 do Decreto-Lei 454/91 de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 14 de Abril de 2002, por despacho de 16 de Maio de 2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por desistência de queixa.

17 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Alexandre José Oliveira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria da Conceição G. A. Lopes*.

Anúncio n.º 3910-LL/2007

O Dr. Alexandre José Oliveira, juiz de direito da 2.ª secção do 6.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 9308/01.7TDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Divilane Ramos Silva, filho de Divino Gonçalves da Silva e de Zélia Aparecida Reis Ramos, natural do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 5 de Fevereiro de 1972, titular da identificação fiscal n.º 229256716, titular do passaporte n.º CK520582, com domicílio na Rua Marcantes, 1, 1.º-E, Praia da Areia Branca, 1000 Lourinhã, por se encontrar acusado da prática de um crime, por despacho de 17 de Maio de 2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta

a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, pela extinção do procedimento criminal.

18 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Alexandre José Oliveira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria João Costa Macara*.

Anúncio n.º 3910-LM/2007

A Dr.ª Joana Ferrer Antunes, juíza de direito da 3.ª secção do 6.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 8767/04.0TDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Cavém António dos Santos, filho de Sanca António dos Santos e de Teresa António dos Santos, natural da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 15 de Fevereiro de 1964, solteiro, titular da identificação fiscal n.º 194273563, titular do bilhete de identidade n.º 16098689, com domicílio na Rua Osório de Castro, lote 7, 1.º direito, Carnaxide, 2755, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência a requisição de bens pelo governo por negligência, previsto e punido pelo artigo 30.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de Janeiro, praticado em 5 de Julho de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 16 de Maio de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

21 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Joana Ferrer Antunes*. — O Escrivão-Adjunto, *José Rui Bento Santos*.

Anúncio n.º 3910-LN/2007

A Dr.ª Joana Ferrer Antunes, juíza de direito da 3.ª secção do 6.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 9007/04.8TDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Krisnne de Henda Dambi, filho de Jorge Francisco Dambi e de Maria Ruth Francisco Dambi, natural de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 2 de Novembro de 1976, titular da identificação fiscal n.º 219787344, titular do bilhete de identidade n.º 16191847, com domicílio na Academia da Força Aérea, Granja do Marquês, Pêro Pinheiro, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 14 de Março de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 16 de Maio de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

21 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Joana Ferrer Antunes*. — O Escrivão-Adjunto, *José Rui Bento Santos*.

Anúncio n.º 3910-LO/2007

A Dr.ª Joana Ferrer Antunes, juíza de direito da 3.ª secção do 6.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 15469/02.0TDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Taras Plyatsev, filho de desconhecido e de desconhecida, natural da Ucrânia, nascido em 23 de Agosto de 1980, titular do passaporte n.º Am510323, com domicílio na Praceta dos Palmares, 2, 1.º direito, Fetais, Camarate, 1000 Camarate, por se encontrar acusado da prática de um crime de falsificação de documento, previsto e punido pelo artigo 256.º do Código Penal, praticado em 9 de Abril de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 16 de Maio de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a